

PODER, POLÍTICA E DIÁLOGO EM HANNAH ARENDT: COMPREENSÃO E DIALÉTICA

Cláudio Novaes Pinto Coelho

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)

Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade
Cásper Líbero

E-mail: claudionpcoelho@uol.com.br

RESUMEN

El propósito principal del artículo es desarrollar una reflexión sobre la dimensión política de la epistemología de la comprensión a partir de una tentativa de entendimiento de como Hannah Arendt piensa los temas del poder, de la política y del diálogo. Será desarrollado un análisis comparativo del pensamiento de la autora, y del pensamiento de autores vinculados al método dialectico, como Adorno/Horkheimer y Debord. En el caso de Adorno y Horkheimer, el punto principal de la comparación será el concepto de sociedad administrada. En lo que dice respecto a Debord, el aspecto principal será el concepto de poder espectacular.

Palabras clave: Comunicación, la comprensión como método, Hannah Arendt, análisis comparativo, dialéctica.

RESUMO

O propósito principal do artigo é desenvolver uma reflexão sobre a dimensão política da epistemologia da compreensão a partir de uma tentativa de entendimento de como Hannah Arendt pensa os temas do poder, da política e do diálogo. Será desenvolvida uma análise comparativa do pensamento da autora, e do pensamento de autores vinculados ao método dialético, como Adorno/Horkheimer e Debord. No caso de Adorno e Horkheimer, o ponto principal da comparação será o conceito de sociedade administrada. No que diz respeito a Debord, o aspecto principal será o conceito de poder espetacular.

Palavras chave: Comunicação, a compreensão como método, Hannah Arendt, análise comparativa, dialética.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to reflect upon the political aspect of the epistemology of comprehension through an attempt to understand how Hannah Arendt's thought deals with power, politics and dialogue. We present a comparative analysis of Arendt's work and the thought of

other authors who are bound to the dialectic method such as Adorno/Horkheimer and Debord. In the case of Adorno and Horkheimer, the main point of comparison is the notion of a totally administered society. Regarding Debord, the main point of comparison is the notion of spectacular power.

Keywords: Communication, comprehension as a method, Hannah Arendt, comparative analysis, dialectics.

PODER, POLÍTICA E DIÁLOGO EM HANNAH ARENDT: COMPREENSÃO E DIALÉTICA

Neste artigo procura-se desenvolver uma reflexão sobre a dimensão política da epistemologia da compreensão. Essa reflexão terá por base o pensamento de Hannah Arendt. Trata-se de um segundo momento do diálogo com o método da compreensão, iniciado no seminário anterior do projeto de pesquisa “A compreensão como método: suas teorias e suas práticas”.¹ Nesse seminário, foi apresentado um trabalho sobre as imagens dialéticas em Walter Benjamin. O texto, escrito em conjunto com Simonetta Persichetti, estabelecia um confronto entre o método da compreensão e o método dialético, mediante uma análise comparativa entre o pensamento de Benjamin e o pensamento de Martin Heidegger, principalmente no que diz respeito aos temas da memória, da história e da vida cotidiana.

Aqui, para o seminário de 2017, a partir de uma tentativa de entendimento de como Arendt pensa os temas do poder, da política e do diálogo, desenvolve-se uma análise comparativa do pensamento dessa autora, e do pensamento de autores vinculados ao método dialético, como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Guy Debord. O artigo é um desdobramento de um projeto de pós-doutorado, em fase de elaboração, a respeito da relação entre poder e espetáculo em Guy Debord.

A situação contemporânea de crescimento de tendências políticas totalitárias, que se soma à crise da prática política, entendida como atividade de exercício da cidadania em espaços públicos, torna extremamente importante uma reflexão sobre o pensamento de Arendt. Ela, Adorno e Horkheimer fizeram parte da mesma geração, compartilhando a experiência de serem intelectuais judeus alemães: viveram o período de dominação nazista e o período do pós-guerra.

O totalitarismo e o triunfo da razão instrumental

O tema do totalitarismo é central nos três autores, que também possuem em comum (principalmente no que diz respeito a Arendt e Adorno) uma atuação política importante no pós-guerra, inclusive com uma presença significativa nos meios de comunicação de massa na Alemanha e nos Estados Unidos.

Adorno, juntamente com Horkheimer, terminou de escrever o livro *Dialética*

¹ Projeto vinculado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero e à Facultad de Comunicaciones da Universidad de Antioquia, em Medellín, Colômbia, iniciado em 2015 e encerrado em 2017. O autor se refere ao II Seminário Brasil-Colômbia de Estudos e Práticas de Compreensão, que ocorreu em São Paulo, de 6 a 9 de dezembro de 2016. Em 2018-2020, o grupo de pesquisa “Da Compreensão como Método” conduz dois projetos de pesquisa: “Fundamentos teóricos e epistemológicos da compreensão como método” e “Jornalismo literário contra-hegemônico: narrativa e fontes de informação em produtos independentes”. Sobre isso, ver o site do grupo de pesquisa: <<http://www.dacompreensao.com.br/>>.

do esclarecimento em 1944, portanto, nos momentos finais da Segunda Guerra Mundial. O objetivo principal do livro é tentar entender como o Iluminismo (ou Esclarecimento, a partir do alemão *Aufklärung*) transformou-se de um projeto de emancipação humana no seu contrário: um projeto de opressão.

Adorno e Horkheimer situam o totalitarismo no contexto da redução da racionalidade a uma dimensão formal, com o triunfo da razão instrumental. Esse triunfo está vinculado à presença no Esclarecimento de uma intenção de domínio da natureza, quer seja da natureza interior aos seres humanos, quer seja da natureza externa a eles. Sendo assim, “o que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 21).

O triunfo da razão instrumental corresponde ao estabelecimento de uma sociedade administrada. O princípio da identidade (equivalência), base para a existência do capitalismo como um modo de produção de mercadorias, isto é, de objetos dotados de valor de troca, é o que caracteriza a sociedade administrada. O esvaziamento da dimensão concreta, qualitativa, em detrimento do princípio da abstração, que só considera os aspectos quantitativos, faz parte da vida cotidiana no capitalismo, e da produção de conhecimento na sociedade administrada.

Assim, há um vínculo entre a separação sujeito/objeto e o exercício da dominação (poder): “A distância do sujeito com relação ao objeto, que é o pressuposto da abstração, está fundada na distância em relação à coisa, que o senhor conquista através do dominado” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 27- 28).

O totalitarismo significa a completa ausência de limites para o uso da razão instrumental, com o esvaziamento total das singularidades concretas, a começar dos direitos individuais. Nesse contexto, a eliminação de seres humanos considerados uma ameaça para a “coletividade” não só se torna aceitável, como é realizada da maneira mais racional possível, isto é, com os meios mais eficazes, como era o objetivo dos campos de extermínio nazistas.

Se para os adeptos da teoria crítica da sociedade, como Adorno e Horkheimer, a existência do capitalismo não significa, necessariamente, o triunfo do totalitarismo, a dominação totalitária está presente sempre como uma possibilidade. Essa possibilidade fica cada vez mais real quanto mais o pensamento crítico, que indaga a racionalidade dos objetivos sociais, no caso do capitalismo da subordinação de todas as dimensões da vida humana ao acúmulo de capital, está esvaziado.

Arendt e a dimensão política do totalitarismo

Em *Dialética do esclarecimento* (1985), Adorno e Horkheimer argumentam que a transformação do esclarecimento em suporte de práticas de dominação, em

substituição ao seu potencial emancipatório, é inerente à oposição esclarecimento/mito estabelecida pelo pensamento grego na era clássica. Arendt (1989), em sua investigação sobre o totalitarismo, enfatiza que ele é fruto de uma ruptura com a tradição do pensamento ocidental.

Para Arendt, que tende a enfatizar a dimensão política do totalitarismo, trata-se de um sistema político absolutamente diferente dos demais. Por outro lado, para ela, assim como para os pensadores frankfurtianos, o totalitarismo é inseparável de um processo de esvaziamento das singularidades individuais e das experiências humanas concretas.

No entanto, Arendt, que não pensa a partir da dialética marxista, não relaciona o totalitarismo com as características do capitalismo como modo de produção de mercadorias. Vinculada ao método da compreensão, ela relaciona o totalitarismo ao esvaziamento do espaço público e da sua base: o senso comum.

No totalitarismo, o senso comum, que decorre das experiências humanas concretas, é destruído e substituído por uma “superideologização”. Segundo Arendt (1989), tanto o nazismo quanto o stalinismo são ideologias totalizantes, que, mediante fórmulas prontas, pretendem explicar todas as dimensões da vida humana. Não há espaço para que os indivíduos desenvolvam as suas próprias visões da realidade e possam construir, mediante o diálogo, um senso comum.

O exercício totalitário do poder é inseparável da existência de ideologias totalitárias: “É da própria natureza dos regimes totalitários exigir o poder ilimitado. Esse poder só é conseguido se literalmente todos os homens, sem exceção, forem totalmente dominados em todos os aspectos da vida” (Arendt, 1989, p. 507).

Regimes políticos totalitários são a negação da liberdade, entendida por Arendt como a capacidade humana de criar o que ainda não existe. Individualidade e liberdade são, de acordo com essa visão, fortemente vinculadas à dimensão fenomenológica do método da compreensão, inseparáveis. “Porque destruir a individualidade é destruir a espontaneidade, a capacidade do homem iniciar algo novo com seus próprios recursos, algo que não possa ser explicado à base de reação ao ambiente e aos fatos” (Arendt, 1989, p. 506).

Teoria arendtiana da ação

A relação entre liberdade e individualidade, estabelecida pelo pensamento de Arendt, só pode ser compreendida no contexto da sua teoria da ação, que, por sua vez, é a base da visão arendtiana da política. Há, de acordo com essa perspectiva, uma oposição entre as características da política, fundamentada na ação, e a fabricação presente no trabalho humano. Nas palavras de Eduardo Jardim (2011, p. 85):

Sob muitos aspectos, a teoria da ação de Hannah Arendt pôs em evidência o contraste entre as atividades do fazer e do agir: ao sublinhar a diferença entre o modo de ser previsível do fazer e a imprevisibilidade, até o ponto do milagre, da ação; ao distinguir o modo de intervenção do trabalho, que sempre depende de uma matéria dada e de instrumentos para alcançar um resultado, do poder inaugural de iniciar processos, característico do agir.

A oposição agir/fabricar, afirmada por Arendt, evidencia a separação política/economia presente no pensamento dessa autora. Percebe-se, assim, a dívida que esse pensamento possui com a concepção de política da Grécia Clássica. Os gregos separavam radicalmente a política – entendida enquanto exercício da cidadania pelos indivíduos livres, que agem no espaço público buscando a produção de consensos por meio do diálogo – da economia, vista enquanto o conjunto de atividades voltadas para a reprodução da vida humana, e que acontecem no espaço doméstico, na casa. Mulheres e escravos, os seres humanos domésticos, não podem ser, portanto, cidadãos, e estão fora da vida política:

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado [...]. Assim, é-nos difícil compreender que, segundo o pensamento dos antigos neste particular, o próprio termo “economia política” teria sido, de certa forma, contraditório: pois o que fosse “econômico”, relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas doméstico por definição (Arendt, 1981, p. 37-38).

O totalitarismo, o econômico e o político

A separação política/economia postulada por Arendt (1981) assinala a existência de uma diferença significativa entre o pensamento dessa autora e o de Adorno/Horkheimer (1985): o totalitarismo, na interpretação de Arendt, corresponde a um projeto de dominação total vinculado a ideologias totalitárias, enquanto para Adorno/Horkheimer o totalitarismo só pode ser compreendido se houver, também, um entendimento das relações entre o econômico e o político, no contexto do desenvolvimento do capitalismo, que dá origem à “sociedade administrada”, ou seja, ao capitalismo de Estado. Portanto, crítica do totalitarismo e crítica do capitalismo são inseparáveis.

O vínculo entre os conceitos de sociedade administrada e de capitalismo de Estado, presente no pensamento dos autores de *Dialética do esclarecimento* (1985), é o resultado da influência exercida sobre eles por Friedrich Pollock, também um pesquisador associado ao Instituto de Pesquisas Sociais (“Escola de Frankfurt”), e é uma atualização da visão de Marx sobre o modo de produção capitalista. Segundo Marcos Nobre (2008, p. 47), o diagnóstico sobre a sociedade contemporânea existente no livro *Dialética do esclarecimento*:

Estava calcado em análises econômicas (de Friedrich Pollock, a quem foi dedicado o livro) que apontavam para uma mudança estrutural do funcionamento do capitalismo, em que a

intervenção do Estado na organização da produção, da distribuição e do consumo adquiriu o caráter de um verdadeiro planejamento, o que alterou radicalmente os termos em que Marx havia estabelecido suas análises. Essa nova forma do capitalismo foi denominada por Pollock “capitalismo de Estado.”

Debord e o poder espetacular

O tema do capitalismo de Estado também está fortemente presente nas reflexões de Debord (1997) sobre as relações entre poder e espetáculo, particularmente na sua interpretação sobre as características do que seria o poder espetacular concentrado.

Antes de mais nada, não pode deixar de ser mencionado que, para Debord, poder e espetáculo são realidades inseparáveis, estando presentes em todas as sociedades divididas em classes sociais. Para esse autor, vinculado ao método dialético da teoria crítica, o ponto de partida de suas análises é sempre o processo de produção da vida material e os conflitos sociais dele decorrentes. O poder é um exercício de dominação, e o espetáculo (produção e consumo de imagens), uma forma de legitimação desse exercício. Nas sociedades pré-capitalistas, a produção do espetáculo se dá pela produção do sagrado:

A mais velha especialização social, a especialização do poder, encontra-se na raiz do espetáculo. Assim, o espetáculo é uma atividade especializada que responde por todas as outras. [...] A *separação* é o alfa e o ômega do espetáculo. A institucionalização da divisão social do trabalho e a formação de classes tinham construído uma primeira contemplação sagrada, a ordem mítica de que todo poder se cerca desde a origem. O sagrado justificou o ordenamento cósmico e ontológico que correspondia aos interesses dos senhores, explicou e embelezou o que a sociedade *não podia fazer* (Debord, 1997, p. 19-20. Grifos do autor).

Na sociedade capitalista, quando ocorre a articulação entre produção e consumo de imagens e produção e consumo de mercadorias, inicialmente, para Debord, o poder assume duas formas distintas, ainda que complementares: o poder espetacular concentrado e o poder espetacular difuso.

O poder espetacular difuso corresponde ao exercício do poder pelas grandes corporações, na vida cotidiana dos países capitalistas com regimes políticos formalmente democráticos, e que atingiram a fase do consumo de massas. Essa forma de poder se distingue do exercício de poder pelo Estado, que controla boa parte da vida econômica de uma sociedade, e que corresponde ao poder espetacular concentrado, existente em países com regimes políticos totalitários como o nazismo e o stalinismo. Nesses países vigoraria, como define Debord (1997), um capitalismo burocrático, ou de Estado.

Em *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, texto de 1988, Debord argumenta que, após a derrota do movimento de maio de 1968 na França e de outras tentativas revolucionárias na década de 1970, ocorreu um processo de

fusão entre as duas formas de poder existentes nas sociedades capitalistas, com a formação, em escala mundial, do poder espetacular integrado, que combina elementos de sociedades com regimes políticos democráticos e sociedades com regimes políticos ditatoriais.

A fusão entre os interesses empresariais e a atuação do Estado é a principal característica do poder espetacular integrado. Para Debord (1997, p. 173) não existe na contemporaneidade a dominação por uma ideologia totalitária, que promove o culto do “líder da nação”, pois “já não se coloca aí um chefe conhecido, nem uma ideologia clara”. Mas há o desaparecimento do pensamento, uma característica apontada por Arendt como um elemento central do totalitarismo, e que corresponde à destruição dos espaços públicos. Segundo Debord (1997, p. 181):

Já não existe agora, comunidade geral; nem existem comunidades restritas a grupos intermediários ou a instituições autônomas, a salões ou cafés, aos trabalhadores de uma mesma empresa, nem nenhum lugar onde o debate sobre as verdades que concernem àqueles que lá estão possa se liberar de modo durável da esmagadora presença do discurso midiático e das diferentes forças organizadas para substituí-lo.

Ainda segundo ele:

No plano dos recursos de pensamento das populações contemporâneas, a primeira causa da decadência decorre claramente do fato de que o discurso apresentado no espetáculo não deixa espaço para resposta; ora, a lógica só se forma socialmente pelo diálogo (Debord, 1997, p. 189).

Aproximações e diferenças

A visão de Debord de que na contemporaneidade inexistente a possibilidade da comunicação dialógica, ocorrendo um esvaziamento da capacidade de pensamento por sujeitos autônomos, permite algumas aproximações (mas não o estabelecimento de uma identidade plena) entre o conceito de poder espetacular integrado e o conceito de sociedade administrada de Adorno e Horkheimer (1985).

Adorno e Horkheimer postulam a existência da sociedade administrada desde as manifestações do totalitarismo e da indústria cultural nas décadas de 1930 e 1940, enquanto Debord localiza temporalmente o poder espetacular integrado por volta das décadas de 1970 e 1980.

O reconhecimento dessa diferença permite a compreensão da diferença de posicionamento entre Adorno/Horkheimer e Debord, no que diz respeito aos movimentos sociais da década de 1960. Enquanto Debord foi um participante ativo do movimento de maio de 1968, Adorno discordava do potencial revolucionário dos movimentos da década de 1960, pois para ele a classe trabalhadora havia se integrado à sociedade capitalista como consumidora. Isolados socialmente, os movimentos acabariam por reforçar a ação repressiva do aparelho de Estado.

Vinte anos após maio de 1968, Debord argumentava que a sociedade do espetáculo estava consolidada em escala mundial. Mas a sua ação revolucionária nas décadas de 1960 e 1970 tinha por objetivo a formação de conselhos operários que estabeleceriam uma comunicação dialógica como base para um exercício coletivo, e descentralizado, do poder. Para ele, o poder dos conselhos operários:

É o lugar onde as condições objetivas da consciência histórica estão reunidas; a realização da comunicação direta *ativa*, na qual terminam a especialização, a hierarquia e a separação, na qual as condições existentes foram transformadas “em condições de unidade” (Debord, 1997, p. 83. Grifo do autor).

Ainda que sejam autores vinculados a referenciais teóricos distintos, e com atuações políticas igualmente distintas, Debord e Arendt possuem em comum uma defesa da associação entre a ideia de revolução e a existência de conselhos operários. Ambos criticam o papel desempenhado pelos partidos políticos que, no interior dos processos revolucionários, esvaziaram o poder dos conselhos operários, substituindo-o pelo poder da burocracia partidária. Nas palavras de Arendt (1988, p. 218):

O conflito entre os dois sistemas, o de partidos e o de conselhos, veio à tona em todas as revoluções do século XX. O problema em causa era a representação *versus* ação e participação. Os conselhos eram órgãos de ação, os partidos revolucionários eram órgãos de representação, e, embora os partidos revolucionários relutantemente reconhecessem os conselhos como instrumentos de “luta revolucionária”, eles tentaram, mesmo em meio à revolução, controlá-los a partir de dentro; eles sabiam muito bem que nenhum partido, por mais revolucionário que fosse, poderia sobreviver à transformação do governo numa verdadeira república soviética.

Se Debord e Arendt possuem em comum uma defesa dos conselhos operários, e uma crítica ao papel desempenhado pelos partidos políticos, divergem quanto ao sentido da ação dos conselhos. Enquanto Debord (1997) defende que eles devem assumir o controle das fábricas, Arendt (1988) entende que o objetivo de administrar as fábricas produziu o fracasso dos conselhos, que para ela são organismos exclusivamente políticos. O que é coerente com a sua visão que separa o econômico do político.

O erro fatal dos conselhos foi que eles próprios nunca fizeram uma distinção muito nítida entre participação nos negócios públicos e administração ou gestão de coisas de interesse público. No âmbito de conselhos de trabalhadores, eles tentaram, repetidas vezes, assumir a gerência das fábricas, e todas essas tentativas redundaram em fragorosos fracassos. [...] Os conselhos das fábricas introduziram um componente de ação na gerência das coisas, e isso, na verdade, só podia gerar o caos (Arendt, 1988, p. 218-219).

Método dialético e método compreensivo

Enquanto Adorno/Horkheimer e Debord, pensadores vinculados ao método dialético, procuram entender as articulações entre os diferentes aspectos da

realidade social, que formam uma unidade, ainda que contraditória, Hannah Arendt, autora vinculada ao método da compreensão, tende a valorizar a diferença entre esses aspectos, que ela procura compreender separadamente.

Essa valorização da diferença fica evidenciada também quando Arendt reflete sobre as relações entre poder e violência. Ainda que ela reconheça que se trata de dimensões que na realidade concreta muitas vezes manifestam-se juntas, ela as diferencia conceitualmente: “Poder e violência, ainda que fenômenos distintos, quase sempre aparecem juntos. Onde quer que estejam associados, o poder, como temos verificado, é o fator principal e predominante” (Arendt, 1973, p. 129). Para Arendt, o poder está relacionado à capacidade humana de agir de comum acordo:

Poder corresponde à capacidade humana não somente de agir mas de agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, queremos dizer que está autorizado por um certo número de pessoas a atuar em nome delas” (Arendt, 1973, p. 123. Grifo da autora).

Por sua vez, a violência é definida como uma ação marcada pela presença da instrumentalidade:

O poder está realmente na essência de todo governo, mas a violência, não. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, sempre necessita de orientação e justificação pelos fins que persegue. E o que necessita ser justificado por alguma outra coisa não pode ser essência de coisa alguma. [...] A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação vai perdendo em plausibilidade conforme seu fim pretendido some no futuro. Ninguém questiona a violência como legítima defesa, pois o perigo não somente está claro mas também presente, e o fim que justifica os meios é imediato (Arendt, 1973, p.128 e p. 129).

Jürgen Habermas chama a atenção para o caráter comunicacional da concepção de poder de Arendt: “H. Arendt depreende o conceito de poder do modelo teleológico da ação, o poder se constitui na ação comunicativa, é um efeito coletivo da fala, na qual o entendimento mútuo é um fim em si para todos os participantes” (Habermas, 1980, p. 103).

No entanto, Habermas questiona a separação entre a política e as demais dimensões da realidade humana, postulada pela autora, argumentando que essa separação torna inviável a utilização dos conceitos de Arendt para o entendimento da sociedade capitalista:

É porque Arendt estiliza a imagem da *pólis* grega, transformando-a na essência do político, que constrói dicotomias conceituais rígidas entre “público” e “privado”, Estado e economia, liberdade e bem-estar, atividade político-prática e produção, não aplicáveis à moderna sociedade burguesa e ao estado moderno (Habermas, 1980, p. 109).

Considerações finais

Estamos vivendo um período extremamente problemático do ponto de vista político, marcado pela crise da chamada democracia representativa e pelo crescimento, em escala mundial e inclusive no Brasil, de correntes teóricas e políticas totalitárias. Em tal contexto, refletir sobre a obra de Hannah Arendt, uma das principais pensadoras da política do século XX, em especial dos regimes políticos totalitários, é fundamental.

A comparação entre o pensamento dessa autora com pensadores vinculados ao método dialético, como Adorno/Horkheimer e Debord, esboçada neste artigo, pode ser considerada uma tentativa de contribuição para o entendimento de aspectos fundamentais do pensamento de Arendt, mas também como uma tentativa de esclarecimento dos posicionamentos de Adorno/Horkheimer e de Debord.

A comparação aqui desenvolvida chamou atenção para as dificuldades para a existência, no pensamento de Arendt, de uma crítica da sociedade capitalista, pois torna difícil o entendimento dos vínculos entre totalitarismo e capitalismo, o que não favorece a possibilidade de compreensão do porquê de novamente o totalitarismo surgir como uma ameaça no contexto do capitalismo contemporâneo.

Por outro lado, essa comparação também evidenciou que uma transformação efetivamente revolucionária do capitalismo só pode acontecer se o exercício do poder político estiver baseado na existência de espaços públicos marcados pela prática do diálogo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. 1985. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ARENDT, Hannah. 1989. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras.
- ARENDT, Hannah. 1988. *Da revolução*. São Paulo: Editora Ática.
- ARENDT, Hannah. 1981. *A condição humana*. Rio de Janeiro; Forense-Universitária.
- ARENDT, Hannah. 1973. *Crises da república*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- DEBORD, Guy. 1997. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

HABERMAS, Jürgen. 1989. O conceito de poder em Hannah Arendt. En: FREITAG, Bárbara; ROUANET, Sérgio Paulo. (Orgs.). *Habermas*. São Paulo: Editora Ática, p.100-118 (Col. Grandes Cientistas Sociais; Vol. 15).

JARDIM, Eduardo. 2011. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NOBRE, Marcos. 2008. Max Horkheimer: a teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. En: NOBRE, Marcos. (Org.). *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus Editora, p. 35-52.